



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601968-80.2018.6.00.0000
(PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
RELATOR: MINISTRO JORGE MUSSI**

REPRESENTANTE : COLIGAÇÃO O POVO FELIZ DE NOVO (PT/PCdoB/PROS)
ADVOGADA : CAROLINA FREIRE NASCIMENTO (DF59687)
ADVOGADO : EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO (DF0493500A)
ADVOGADO : ÂNGELO LONGO FERRARO (SP2612680S)
ADVOGADO : MARCELO WINCH SCHMIDT (DF5359900A)
ADVOGADA : RACHEL LUZARDO DE ARAGÃO (DF5666800S)
ADVOGADO : MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES (DF5746900A)
ADVOGADO : FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO (DF3793400S)
REPRESENTADO : JAIR MESSIAS BOLSONARO
ADVOGADA : KARINA DE PAULA KUFA (SP245404)
ADVOGADA : ANDREIA DE ARAUJO SILVA (PI3621)
REPRESENTADO : ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO
ADVOGADA : KARINA RODRIGUES FIDELIX DA CRUZ (SP2732600A)
REPRESENTADA : FLAVIA ALVES
ADVOGADO : JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR (DF29170)
ADVOGADA : JANAINA NICOLAU DE ANDRADE (DF55675)
REPRESENTADO : LINDOLFO ANTONIO ALVES NETO
ADVOGADO : JOSE CAUBI DINIZ JUNIOR (DF29170)
ADVOGADA : JANAINA NICOLAU DE ANDRADE (DF55675)
REPRESENTADO : MARCOS AURÉLIO CARVALHO
ADVOGADO : GUILHERME MELO DUARTE (MG129478)
ADVOGADA : CAROLINE DE AVILA NAVES (MG130126)
ADVOGADO : BRUNO VAZ FLEURY (MG190663)
ADVOGADA : AMANDA GRAZIELA RAMOS (MG120114)

DECISÃO

A Coligação O Povo Feliz de Novo (PT/PCdoB/PROS) ajuizou, com fundamento nos arts. 14, § 9º, da Constituição e 22 da Lei Complementar n. 64, de 1990, ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação contra Jair Messias Bolsonaro e Antonio Hamilton Martins Mourão – candidatos eleitos, nessa ordem, a Presidente e a Vice-Presidente da República nas Eleições de 2018 –, Flavia Alves, Lindolfo Antonio Alves Neto e Marcos Aurélio Carvalho.



Os fatos que embasam a argumentação da coligação autora podem ser resumidos nos seguintes parágrafos da inicial, lastreados em reportagem do jornal Folha de S. Paulo/UOL¹:

[...]

2. Segundo reportagem publicada pelo Jornal Folha de São Paulo¹ (Anexo I), assinada por Artur Rodrigues e Patrícia Campos Melo, em 2 de dezembro de 2018, às 2h, **há relatos e documentos que comprovam as irregularidades na contratação do serviço de disparos em massa de mensagens de cunho eleitoral, pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.**

3. Em termos, a reportagem entrou em contato com Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário da empresa Kiplix (Anexos II e III), o qual apresentou reclamação trabalhista em face desta (Processo nº 1001295-45.2018.5.02.0066). Os relatos do senhor Hans, associados aos documentos obtidos pela Folha apontam, que **“*uma rede de empresas recorreu ao uso fraudulento de nome e CPF de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefícios de políticos*”**.

[...]

13. A empresa reclamada na Justiça do Trabalho, Kiplix, é coligada com outras duas agências: a Yacows (Anexos VI e VII) e a Deep Marketing, funcionando todas elas no mesmo endereço na zona norte de São Paulo, Santana. A distribuição ilegal destes dados, segundo Hans, era realizada pela Yacows aos operadores de disparos de mensagens, empresa esta também responsável pela plataforma Bulkservices.

14. Há de se considerar, ainda que, este grupo de agências (Yacows e Kiplix) foi subcontratado pela empresa AM4 (Anexos VIII e IX), esta, por sua vez, foi a maior fornecedora da campanha do candidato da Coligação “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, Jair Bolsonaro (Anexos X e XI). Na prestação de contas deste (PC 0601225-70.2018.6.00.0000) foi declarado o pagamento de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

15. E não se negue a referida subcontratação, haja vista ter a própria AM4 notificado extrajudicialmente as referidas agências em virtude, dentre outros motivos, do estorno de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais). Esse dinheiro teria sido pago pela AM4 na contratação de serviços da plataforma Bulkservices e, posteriormente, a ela devolvidos, o que evidencia a relação contratual entre estas empresas. (Anexo XII)

16. Destaque-se que o sócio desta agência, o senhor Marcos Aurélio Carvalho, foi nomeado no dia 05 de novembro de 2018 para integrar a equipe de transição de Jair Bolsonaro.⁴ Fato este que aumenta a desconfiança em torno das atividades da empresa, haja vista eventual interesse da prestadora de serviços na vitória de Bolsonaro. (Anexos XIII e XIV, destaques no original.)

Com base na notícia da Folha de S. Paulo/UOL, que lastreou a exordial quanto ao ilícito alegado, requereram naquela oportunidade o seguinte: a) que se requisitem os documentos arrolados no item 22.2 da inicial; b) a juntada da Reclamação Trabalhista de Hans River do Rio Nascimento; c) a



quebra dos sigilos bancários, telefônicos e telemáticos dos sócios das empresas envolvidas na reportagem (Flavia Alves, Lindolfo Antonio Alves Neto e Marcos Aurélio Carvalho - item 22.4); e d) a oitiva dos jornalistas Artur Rodrigues e Patrícia Campos Mello, dos sócios das empresas, de Hans River e do representante da *WhatsApp* no Brasil (itens 22.2 a 22.5).

Em nova petição (ID 12543538), a coligação autora reiterou os pedidos, bem como trouxe novas reportagens do jornal Folha de S. Paulo/UOL, datadas de 18.6.2019 (“Empresas contrataram disparos pró-Bolsonaro no *WhatsApp*, diz espanhol”²) e de 19.6.2019 (“Engenheiro boliviano diz que seu *software* foi usado para disparos pró-Bolsonaro”³) ressaltando que “**os fatos acima descritos não alteram a causa de pedir da ação**” (item 46 da petição, fl. 20, grifos no original) requerendo a juntada aos autos. Após longo arrazoado, postulou que o Juízo requirite “os elementos de informação decorrentes das investigações sobre disparos de mensagem em massa com pertinência eleitoral” a inúmeros órgãos e tribunais (item 39.3 da peça).

Pelo despacho de 25.6.2019 (ID 12547138), ordenou-se o seguinte:

[...]

Antes da análise dos pedidos relacionados na inicial e na petição ID 12543588, determino ao representado Marcos Aurélio Carvalho, na qualidade de sócio da empresa AM4 Informática Ltda., que apresente cópia da interpelação judicial promovida em face da Kiplix Ltda.

A parte autora deverá trazer documentação comprobatória do registro da empresa Deep Marketing, na junta comercial, bem como cópia da Reclamatória Trabalhista nº 1001295-45.2018.5.02.0066, mencionada na exordial, no prazo de 10 (dez) dias.

Marcos Aurélio Carvalho trouxe a notificação, juntando-a no ID 12842838, bem assim vieram aos autos os demais documentos pelas mãos da investigante: o registro da empresa Deep Marketing na junta comercial e a cópia da Reclamação Trabalhista n. 1001295-45.2018.5.02.0006 (ID 14039388).

As partes foram intimadas para manifestação, sendo que a representante postulou “pela ordem de exibição de documentos ao sr. Marcos Aurélio Carvalho requerendo a apresentação da resposta porventura apresentada pela empresa Kiplix Comunicação Digital LTDA. ME” (ID 14039638).

Na sequência, foi deferido “o pedido da coligação representante, para determinar ao representado Marcos Aurélio Carvalho a juntada ao feito, no prazo de 3 (três) dias, dos documentos porventura apresentados pela empresa Kiplix Comunicação Digital Ltda. em resposta à notificação extrajudicial promovida pela empresa AM4 Brasil Inteligência Digital Ltda” (ID 16127138).

Em resposta, Marcos Aurélio acentuou que “a notificação por ele juntada no ID nº 12842838 não foi objeto de resposta pela sociedade KIPLIX COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA. – ME, tampouco foram enviados quaisquer documentos pela notificada”.

O representado Jair Messias Bolsonaro, em sua manifestação, postulou a oitiva de Rebeca Félix da Silva Ribeiro Alves.



Os autos vieram conclusos em 10.9.2019.

Relatados. Decido.

Preliminarmente, antes de adentrar o exame dos pedidos das partes, frise-se que, não obstante sua denominação legal, a ação de investigação judicial eleitoral **não possui a natureza processual de inquérito**, ou seja, de procedimento prévio destinado a promover diligências investigativas com o intuito de revelar a autoria e a materialidade de práticas abusivas. Constitui, de fato, verdadeira ação eleitoral, pela qual se deduz em juízo a pretensão de fulminar a elegibilidade de determinado candidato ou eleitor em razão da ocorrência de abuso de poder. Em face disso, o autor deve indicar fatos ilícitos concretos e objetivos, com gravidade suficiente para afetar a regularidade do pleito, trazendo, com a petição inicial, as provas aptas a comprovar a prática dos ilícitos atribuídos à parte ré, na forma do art. 373, I, do CPC.

Vejamos, a propósito, a lição de José Jairo Gomes⁴:

Salta aos olhos a inadequação do uso do termo *investigação pra qualificar uma ação eleitoral*, pois ele remete a procedimento administrativo-inquisitorial realizado no âmbito policial-administrativo, no qual se encontram ausentes o contraditório e a ampla defesa. **Em verdade, na ação por abuso de poder prevista nos artigos 19 e 22 da LC n. 64/90 não há propriamente uma investigação, mas sim verdadeira ação no sentido técnico-processual**, na qual o autor apresenta uma pretensão ao Estado-juiz e este, observando o devido processo legal, analise a pretensão e, à luz das provas produzidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, decide a pretensão do autor. (Negrito nosso.)

No emblemático julgamento da AIJE n. 1943-58/DF e das ações que lhe eram conexas, propostas contra os candidatos eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República em 2014, Dilma Rousseff e Michel Temer, nessa ordem, este Tribunal fixou importantes premissas **a respeito dos limites da causa de pedir** que devem orientar a instrução e o julgamento desse tipo de ação eleitoral, as quais reproduzo da ementa do aludido precedente:

[...]

O pedido formulado pelo autor, na inicial da ação, delimita o seu objeto, não se admitindo a sua ampliação posterior para incluir elementos ou fatos que deixaram de figurar na petição inaugural.

a) Segundo o princípio jurídico processual da congruência, adstrição ou correlação, o julgamento judicial fica adstrito ao pedido e à causa de pedir postos na inicial da ação, pela iniciativa do autor. Assim, não compete ao órgão julgador modificar, alterar, retocar, suprir ou complementar o pedido da parte promovente.



b) A formação da convicção judicial, também em sede eleitoral, elabora-se livremente, mediante a apreciação do acervo probatório trazido aos autos, mas nos limites da moldura fixada no pedido posto na inicial da ação. O Julgador eleitoral pode valer-se da prova encontrável nos chamados fatos públicos e notórios, bem como na valoração dos indícios e presunções, prestigiando as circunstâncias relevantes da causa mas não as estranhas a ela, ainda que não tenham sido indicadas ou alegadas pelas partes, tudo de modo a dar primazia à preservação do interesse público de lisura do pleito eleitoral, como enuncia o art. 23 da LC 64/90.

c) No entanto, esse art. 23 da LC 64/90, ao alargar a atividade probatória, não autoriza a prolação de juízo condenatório que não seja fundado diretamente na prova dos fatos que compuseram o suporte empírico da iniciativa sancionadora. Em outros termos, esse dispositivo legal não elimina do mundo do processo as garantias clássicas das pessoas processadas nem detona os limites da atuação judicial, como se abrisse a sua porta ao ingresso de procedimentos indiscriminados ou mesmo à inclusão de fatos que não foram apontados na peça inaugural do processo. Numa ação sancionadora isso seria fatal para o sistema de garantias processuais.

d) Ao declarar a constitucionalidade do referido art. 23 da LC 64/90, o Supremo Tribunal Federal assentou que a atenuação do princípio dispositivo no Direito Processual moderno não serve a tornar o Magistrado o protagonista da instrução processual. A iniciativa probatória estatal, se levada a extremos, cria, inegavelmente, fatores propícios à parcialidade, pois transforma o Juiz em assistente de um litigante em detrimento do outro. **As partes continuam a ter a função precípua de propor os elementos indispensáveis à instrução do processo, mesmo porque não se extinguem as normas atinentes à isonomia e ao ônus da prova** (ADI 1.082/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, *DJe* 30.10.2014).

e) A atividade estatal repressora de desvios ou de ilícitos de qualquer natureza somente é exercida com legitimidade quando se desenvolve nos padrões jurídicos e judiciais processuais previamente delineados e aceitos como regedores dessa mesma atividade. Em razão disso, não são toleráveis surpresas desconcertantes, causadoras de prejuízo à ampla defesa da parte, no contexto do justo processo jurídico. Não demonstra reverência aos ditames do Direito a atividade sancionadora que se afastar do plexo das garantias que resguardam a pessoa processada contra excessos ou demasias dos agentes operadores da repressão.

f) Uma das garantias processuais mais relevantes, integrante do justo processo jurídico, é aquela que diz respeito à ciência, pela pessoa acionada, de todos os fatos e argumentos alegados contra si pela parte promovente. Por isso se diz que a petição inicial define os polos da demanda e delimita o seu objeto, em face do qual se desenvolve a resposta à lide e se instala a atividade probatória. A instrução visa ao convencimento do Julgador, quanto à materialidade e à autoria dos atos postos na imputação (inicial da ação sancionadora), sendo a sua produção o núcleo ou o centro da solução da questão. Não se pode aceitar (nem se deve aceitar) decisão judicial condenatória sem prova concludente dos fatos imputados e da sua autoria.

g) Na presente ação, serão apreciadas as provas produzidas até a estabilização da demanda, de modo que é somente o rol daqueles fatos, com a exclusão de quaisquer outros, que compõe o interesse da jurisdição eleitoral e demarca o exercício da atividade das partes relativamente às provas. Nem mais e nem menos, sob pena de o processo se converter num campo minado de súbitas armadilhas e surpresas.



h) Os princípios constitucionais do contraditório exigem a delimitação da causa de pedir, tanto no processo civil comum como no processo eleitoral, para que as partes e também o Julgador tenham pleno conhecimento da lide e do efeito jurídico que deve ser objeto da decisão. Colhe-se da jurisprudência do colendo STJ que o Juiz não pode decidir com fundamento em fato não alegado, sob pena de comprometer o contraditório, impondo ao vencido resultado não requerido, do qual não se defendeu (REsp 1.641.446/PI, Rel. Min. RICARDO VILLASBÔAS CUEVA, *DJe* 21.3.2017).

i) As garantias processuais interessam às partes do processo e também a toda a coletividade, pois instituem preceitos protetores dos direitos e das liberdades de todos os integrantes do grupo social, além de se tratar de elemento estruturante do conceito funcional do justo processo jurídico.

j) Assim, no Direito Eleitoral, o Juiz Eleitoral, ao exercer o seu poder-dever de iniciativa probatória na busca da verdade real, precisa observar os freios impostos pela Constituição quanto à duração razoável do processo (art.5º, LXXVIII), pela legislação eleitoral quanto ao prazo decadencial das ações eleitorais (art. 97-A da Lei 9.504/97) e pelo Código de Processo Civil no que concerne ao princípio da congruência (arts. 141 e 492).

k) Estas ações são de direito estrito, que não podem ser conduzidas pelo procedimento civil comum ordinário, e exigem prova pré-constituída para a retirada de candidato investido em mandato, de forma legítima, pelo voto popular. O curtíssimo prazo para a realização de atos processuais eleitorais busca preservar a soberania popular, ou seja, o voto manifestado pelo titular da soberania e o exercício do mandato de quem ganhou a eleição, democraticamente, nas urnas.

l) Preliminar acolhida, para afastar os elementos ou fatos que deixaram de figurar nas petições iniciais e extrapolaram as causas de pedir das demandas.

(AIJE n. 1943-58/DF, redator para o acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, de 12.9.2018, sem destaques no original.)

A partir dessas considerações, passo ao exame dos requerimentos formulados pelas partes, afirmando que o objeto da presente AIJE não é *fake news*. Seu objeto é a apuração de eventual uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico, político ou dos meios de comunicação, que:

[...] tenham o efeito ou a potencialidade de macular a lisura dos pleitos eleitorais, quer viciando os resultados da votação popular mediante fraudes, quer de alguma outra forma desequilibrando os termos da saudável competição democrática entre os pleiteantes dos cargos eletivos.

(AIJE n. 1943-58/DF, redator para o acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filhode 12.9.2018)



No capítulo das provas, ensina José Jairo Gomes⁵:

Por prova, compreende-se a atividade realizada pelas partes e pelo órgão judicial com vistas à reconstrução histórica dos fatos debatidos no processo. Seu objeto é a demonstração das alegações de fatos formuladas pelas partes, especialmente na petição inicial e na contestação.

1. Alteração da causa de pedir: impossibilidade após a estabilização do processo

Na petição de 25.6.2019 (ID 12543588), a coligação autora trouxe duas novas reportagens da Folha de S. Paulo/UOL, datada a primeira de 18.6.2019, intitulada “Empresas contrataram disparos pró-Bolsonaro no *WhatsApp*, diz espanhol”⁶ e, a segunda, de 19.6.2019, intitulada “Engenheiro boliviano diz que seu *software* foi usado para disparos pró-Bolsonaro”⁷, cuidando de ressaltar que “**os fatos acima descritos não alteram a causa de pedir da ação**” (item 46 da petição, fl. 20, grifos no original).

Sem embargo das razões expostas no longo arrazoado, é evidente que tais fatos novos, apresentados após a estabilização da lide, configuram a alteração da causa de pedir originária. Com efeito, dada a pretensão de agregar elementos completamente estranhos à causa de pedir inicial, faz-se mister a ciência e a expressa concordância dos investigados para que tal acréscimo ocorra, reabrindo-se novo prazo para defesa, nos termos do art. 329, II, do CPC, o que atentaria contra o princípio da celeridade dos feitos eleitorais.

Lado outro, inexistindo prejuízo para a defesa, afasto peremptoriamente “**os elementos ou fatos que deixaram de figurar nas petições iniciais e extrapolaram as causas de pedir das demandas**” (AIJE n. 1943-58/DF, redator para o acórdão Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 12.9.2018, grifos nossos).

Não obstante, recebo as duas reportagens como elementos informativos, apenas visando eventualmente auxiliar na compreensão dos acontecimentos que envolvem a demanda.

2. Requisição de arquivos à Folha de São Paulo

O pedido da autora formulado na petição inicial (Item 22, letra “a”) voltado à requisição, pelo relator, de arquivos ao jornal Folha de S. Paulo, encontra vedação na garantia constitucional do sigilo da fonte, inviabilizando, em consequência, o atendimento ao pleito que lhe é derivado (Item 22, letra “b”).



A esse respeito, a Segunda Turma do C. Supremo Tribunal Federal, na Rcl-AgR n. 21.504, de relatoria do eminente Ministro Celso de Mello (DJe de 11.12.2015), **afirmou que a prerrogativa do jornalista de preservar o sigilo da fonte é oponível a qualquer pessoa, inclusive aos agentes, autoridades e órgãos do Estado.** Destaco da ementa do julgado:

A liberdade de imprensa, qualificada por sua natureza essencialmente constitucional, assegura aos profissionais de comunicação social o direito de buscar, de receber e de transmitir informações e ideias por quaisquer meios, inclusive digitais, ressalvada, no entanto, a possibilidade de intervenção judicial – necessariamente “a posteriori” – nos casos em que se registrar prática abusiva dessa prerrogativa de ordem jurídica, resguardado, sempre, o sigilo da fonte quando, a critério do próprio jornalista, este assim o julgar necessário ao seu exercício profissional. Precedentes. – **A prerrogativa do jornalista de preservar o sigilo da fonte (e de não sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, em razão da prática legítima dessa franquia outorgada pela própria Constituição da República), oponível, por isso mesmo, a qualquer pessoa, inclusive aos agentes, autoridades e órgãos do Estado, qualifica-se como verdadeira garantia institucional destinada a assegurar o exercício do direito fundamental de livremente buscar e transmitir informações.** Doutrina. – O exercício da jurisdição cautelar por magistrados e Tribunais não pode converter-se em prática judicial inibitória, muito menos censória, da liberdade constitucional de expressão e de comunicação, sob pena de o poder geral de cautela atribuído ao Judiciário transformar-se, inconstitucionalmente, em inadmissível censura estatal. (Sem destaques no original.)

Diante dessas razões, indefiro as postulações.

3. Prova oral

3.1. Rol de testemunhas

Analiso os requerimentos ofertados pela investigante na petição inicial relativamente à produção de prova oral (Item 22.5). Postula-se a oitiva das seguintes pessoas, que desde logo indefiro, pelos fundamentos abaixo expostos:

- Artur Rodrigues e Patrícia Campos Mello - os jornalistas da matéria que embasa a causa de pedir da inicial já prestaram todas as informações que poderiam fornecer na reportagem por eles escrita e publicada na Folha/UOL;
- Marcos Aurélio de Carvalho, Flávia Alves e Lindolfo Antonio Alves Neto - réus na ação e, portanto, somente poderão ser ouvidos na qualidade de parte, mediante depoimento pessoal;



- Hans River do Rio Nascimento - o autor da Reclamatória Trabalhista (RT); sua versão dos fatos pode ser aquilatada pela petição inicial da RT e por suas declarações publicadas pela Folha de S. Paulo/UOL;

- representante do *WhatsApp* - a empresa foi utilizada como instrumento de diversas condutas que prejudicaram a sua imagem perante o público, não participando do cometimento de nenhuma irregularidade descrita na reportagem.

Em suma, referidas testemunhas em nada acrescentariam de útil e necessário ao esclarecimento dos fatos relatados na petição inicial.

Pela defesa de Jair Bolsonaro, postulou-se a oitiva de Rebeca Félix da Silva Ribeiro Alves. A referida pessoa já foi ouvida em outras AIJEs, aforadas contra o investigado acerca dos mesmos fatos, podendo a parte valer-se do art. 372 do CPC (prova emprestada) para carregá-la aos autos. Nesse sentido:

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

(Sem destaques no original.)

Tal providência encontra amparo nos princípios da celeridade e da economia processuais, razão porque, uma vez juntado pela defesa o depoimento, deve ser dado vista à parte adversa para fins de contraditório, o que pode ser realizado por ocasião das alegações finais.

3.2. Depoimento pessoal de Marcos Aurélio Carvalho, Flávia Alves e Lindolfo Antonio Alves Neto.

No que diz respeito aos depoimentos pessoais, **indefiro os pedidos**, haja vista os precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral no sentido do descabimento dessa prova em ação de investigação judicial eleitoral, ante a falta de previsão legal e a inexistência de confissão, dado o caráter indisponível dos interesses envolvidos, conquanto as partes não estejam impedidas de fazê-lo, caso a isso se disponham (AgR-RMS n. 2641/RN, relator Ministro Luís Roberto Barroso, DJe de 27.9.2018; RHC n. 131/MG, relator Ministro Arnaldo Versiani, DJe de 5.8.2009; e HC n. 5.029, relator Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 1º.4.2005).

Por outro vértice, a produção dessa prova oral é inequivocamente desnecessária para o deslinde da controvérsia, haja vista que os investigados expuseram as suas versões dos fatos ao apresentar a contestação, a qual pode, inclusive, ser contraditada na fase de alegações finais.

Inexiste, portanto, qualquer prejuízo para o pleno exercício do contraditório capaz de justificar a oitiva dos investigados.



4. Quebra de sigilo bancário, telefônico e telemático

No que concerne aos demais requerimentos constantes da inicial (Itens 22.2, “c”, e 24.4), c onforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autorização do afastamento do sigilo constitucional (bancário, fiscal, telefônico, telemático, dados) pressupõe a indicação de **bases probatórias idôneas**, bem como sendo descabido o seu deferimento com lastro em meras notícias jornalísticas.

O eminente Ministro Celso de Mello, no HC n. 84758/GO, Tribunal Pleno, DJ de 16.6.2006, entendeu que a quebra de sigilo somente poderia ser utilizada observados estreitos limites. Se assim não fosse, converter-se-ia, ilegitimamente, em instrumento de busca generalizada e de devassa indiscriminada da esfera de intimidade das pessoas, o que daria, ao Estado, em desconformidade com os postulados que informam o regime democrático, o poder absoluto de vasculhar, sem quaisquer limitações, registros sigilosos alheios.

Cogitadas medidas pleiteadas na inicial, desse modo, importam na quebra de sigilos constitucionais. Tenho reafirmado, como em outros precedentes, que elas ostentam caráter excepcional.

Ainda consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autorização judicial para o afastamento dos sigilos fiscal e bancário deverá indicar, **mediante fundamentos idôneos**, a pertinência temática e a efetiva necessidade da medida. Outrossim, “que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova” e “existência de limitação temporal do objeto da medida, enquanto predeterminação formal do período” (MS n. 25812 MC, relator Ministro Cezar Peluso, publicado em DJ 23.2.2006).

No mesmo sentido, a “decisão que determina a quebra de sigilo fiscal **deve ser interpretada como atividade excepcional do Poder Judiciário**, motivo pelo qual somente deve ser proferida quando comprovado nos autos a absoluta imprescindibilidade da medida” (AI n. 856552 AgR/BA, relator Ministro Luís Roberto Barroso, julgamento em 25.3.2014, grifos nossos.)

Na hipótese, afiguram-se desarrazoadas as medidas requeridas, à vista da fragilidade do único elemento probatório trazido pela coligação autora, representado em **uma única matéria jornalística**, intitulada “Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de *WhatsApp* na eleição”⁸.

Transcrevo, por oportuno, quanto à temática em referência, as conclusões do parecer do Ministério Público Eleitoral, da lavra do eminente Dr. Humberto Jacques de Medeiros, ofertado na AIJE n. 0601782-57, envolvendo os mesmos fatos examinados neste feito:

[...]

37. Em sede de razões finais, a parte representante – Coligação “Brasil Soberano” – reitera o pleito para que “as empresas envolvidas apresentem relatório fiscal e documentos contábeis para demonstração de quais relações jurídicas foram realizadas no período dos últimos 12 meses” (ID 16582688).



38. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a autorização do afastamento do sigilo fiscal pressupõe a indicação de fundamentos idôneos, bem como “que o resultado não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova”², sendo descabido o seu deferimento com fundamento em meras notícias jornalísticas.

39. In casu, como será demonstrado no tópico seguinte – destinado à análise do mérito do feito –, a fragilidade dos elementos de informação trazidos pela parte representante revela a ausência de lastro probatório mínimo, afastando-se a materialidade necessária ao deferimento de medida excepcional.

40. Consequentemente, impõe-se a rejeição do requerimento em questão.

[...]

57. Inicialmente, vale destacar que as provas acostadas aos autos consistem em matérias jornalísticas que informam a divulgação de notícias falsas por meio da internet, muitas delas relacionadas com o período eleitoral.

[...]

60. Registre-se, ainda, que sequer a matéria do veículo Folha de São Paulo, informada na petição inicial e atribuída à jornalista Patrícia Campos Mello, foi trazida aos autos com a inicial, sendo apenas destacados trechos na representação encaminhada a esta Corte Superior.

61. Como se não bastasse, a única testemunha ouvida em juízo – Rebeca Félix – foi indicada pela defesa, não tendo a parte autora se desincumbido do ônus de comprovar os fatos constitutivos suficientes à aplicação da legislação sancionadora, como exigido pelo art. 373, I, do Código de Processo Civil, bem como pelo caput do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90.

62. Em síntese, no caso em tela, pelo conjunto probatório produzido nos autos, conclui-se pela não comprovação dos ilícitos imputados nem pela existência de eventual gravidade apta a macular a legitimidade e a normalidade das eleições, o que afasta os pedidos de cassação do mandato e declaração de inelegibilidade.

Perscrutando a referida notícia, observa-se:

A Folha falou diversas vezes com o autor da ação, Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário de uma das empresas. Nas primeiras conversas, ocorridas a partir de 19 de novembro e sempre gravadas, **ele disse que não sabia quais campanhas se valeram da fraude**, mas reafirmou o conteúdo dos autos e respondeu a perguntas feitas pela reportagem. (Grifos nossos.)

Ora, se o próprio denunciante naquela oportunidade já “**não sabia quais campanhas se valeram da fraude**”, não há um testemunho contra a empresa AM4, agência de propaganda contratada pelos candidatos investigados, cujo sócio é Marcos Aurélio de Carvalho.



Segundo a reportagem, o “WhatsApp bloqueou as contas ligadas às quatro agências de mídia citadas pela Folha por fazerem disparos em massa: Quickmobile, Croc Services, SMS Market e Yacows”.

Mais uma vez, oportuno destacar-se que não é citada a AM4:

Nascimento descreve a atuação de três agências coligadas: Yacows, Deep Marketing e Kiplix, que funcionam no mesmo endereço em Santana (zona norte de São Paulo) e pertencem aos irmãos Lindolfo Alves Neto e Flávia Alves. Nascimento esteve empregado pela Kiplix de 9 de agosto a 29 de setembro com salário de R\$ 1.500.

A reportagem segue com o *modus operandi* das empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix, até o momento em que revela **uma ligação comercial** entre a Kiplix e a AM4:

A Deep Marketing prestou serviços, entre outros candidatos, para Henrique Meirelles (MDB), que disputou a Presidência e declarou pagamento de R\$ 2 milhões à empresa por ‘criação e inclusão de páginas da internet’. **A Kiplix trabalhou para a AM4, agência à qual Jair Bolsonaro declarou ao TSE pagamento de R\$ 650 mil.** (Grifos nossos.)

Como bem esclarecido pelo jornal Folha de S. Paulo/UOL, realmente a AM4 foi a agência que trabalhou para a campanha dos candidatos investigados eleitos, situação devidamente declarada ao TSE e objeto de prestação de contas ao Tribunal.

Igualmente correto é o fato de que a AM4 contratou a Kiplix, cujos sócios são Flávia Alves e Lindolfo Antonio Alves Neto, conforme comprova a Notificação Extrajudicial de 26.10.2018, cujo objeto é o esclarecimento da rescisão unilateral do contrato e a restituição de valores à notificante AM4.

Observe-se a sequência da reportagem:

‘A Yacows reafirma que não foi contratada em nenhum momento pela equipe da campanha do candidato Jair Bolsonaro para distribuir conteúdo eleitoral e pode dizer o mesmo das demais empresas que possuem sócios em comum, citadas pelas reportagens da Folha’, diz, aludindo à Deep Marketing e à Kiplix. (Grifos nossos.)

Lado outro, da Reclamatória Trabalhista de Hans River do Nascimento, não se verifica, em nenhum momento, menção a disparos em massa no WhatsApp pelo ex-funcionário da Kiplix, muito menos sugere ele qualquer ilação nesse sentido ou a ligação da sua antiga agência com a AM4, ou, ainda, com o sócio Marcos Aurélio Carvalho.



Inclusive, a notificação da rescisão do contrato promovida pela AM4 **“não foi objeto de resposta pela sociedade KIPLIX COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA. – ME, tampouco foram enviados quaisquer documentos pela notificada”** (ID 12842838, grifos no original).

No que tange à notificação extrajudicial, importa consignar o seu conteúdo, na parte relevante ao caso *sub judice*:

1. Em 26.10.2018, a AM4 BRASIL INTELIGÊNCIA DIGITAL LTDA. (NOTIFICANTE) foi questionada pelo Portal UOL a respeito de eventual contrato com as empresas de Lindolfo Alves e Flávia Alves (a Yacows, dona do sistema de envio de mensagens em massa pelo WhatsApp chamado Quick Mobilie).

[...]

Após apuração interna, a NOTIFICANTE identificou a existência de uma contratação com a sociedade KIPLIX COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA ME (NOTIFICADA), no valor de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais) para envio de comunicação aos usuários devidamente cadastrados na plataforma MaisQueVoto.

Considerando o alcance dos usuários devidamente cadastrados na plataforma MaisQueVoto, foram enviadas, a partir do banco de dados da própria NOTIFICANTE, 8.000 (oito mil) mensagens aos respectivos usuários, de forma identificada, individualizada e registrada, cujo conteúdo restringiu-se à informação sobre a alteração do número de telefone para contato com a plataforma, nos termos da Lei 9.504/97.

2. Posteriormente, contudo, a NOTIFICANTE teve ciência que o contrato com a NOTIFICADA foi sumariamente rescindido, sem qualquer justificativa, mediante a restituição do valor integralmente contratado; e, pela imprensa, foi-lhe informado que os registros da NOTIFICANTE no sistema da NOTIFICADA foram apagados horas depois e no mesmo dia que a reportagem da Folha foi publicada.

Enfim, com o intuito de esclarecer os fatos, em especial pela absoluta legalidade dos procedimentos adotados pela NOTIFICANTE, serve a presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL para que os representantes legais da NOTIFICADA prestem os seguintes esclarecimentos:

[...]

Da notificação, se depreende que a medida extrajudicial se deu **após a reportagem da Folha de S. Paulo/UOL**, dado que a AM4 foi surpreendida pelo teor da notícia e por ter sido procurada pela imprensa a respeito da rescisão do contrato com a Kiplix.

Feitas essas observações, a ligação comercial entre as duas empresas encontra-se devidamente esclarecida, conforme se extrai da mencionada notificação:



Considerando o alcance dos usuários **devidamente cadastrados** na plataforma MaisQueVoto, foram enviadas, a partir do banco de dados da própria NOTIFICANTE, 8.000 (oito mil) mensagens aos respectivos usuários, de **forma identificada, individualizada e registrada, cujo conteúdo restringiu-se à informação sobre a alteração do número de telefone para contato com a plataforma**, nos termos da Lei 9.504/97. (Grifos nossos.)

Ou seja, a AM4 enviou, via Kiplix, aos usuários cadastrados na MaisQueVoto uma mensagem “**cujo conteúdo restringiu-se à informação sobre a alteração do número de telefone para contato com a plataforma**”.

Reitere-se que, em nenhum momento, os personagens ligados diretamente aos acontecimentos – Hans River Rios do Nascimento, Kiplix e os sócios Flávia e Lindolfo Alves, AM4 e o sócio Marcos Aurélio Carvalho – relataram ou admitiram quaisquer ilegalidades relativamente à campanha de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão.

As provas materiais – notificação extrajudicial e reclamatória trabalhista – esclarecem os fatos e apontam para a não participação da AM4 em qualquer esquema de disparos em massa pelo *WhatsApp*.

Por outro lado, houve a aprovação das contas dos candidatos investigados (PC 0601225-70.2018.6.00.0000, relator Ministro Luís Roberto Barroso, sessão em 4.12.2018, já transitada em julgado). Veja-se, a propósito, a ementa do julgado:

Direito eleitoral. Prestação de contas. Eleições 2018. Candidato ao cargo de Presidente da República. Partido Social Liberal. Aprovação com ressalvas.

I – Hipótese

1. Prestação de contas apresentada pelo candidato eleito ao cargo de Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, em conjunto com o candidato eleito à Vice-Presidência da República, Antônio Hamilton Martins Mourão, relativa às Eleições 2018.

II - Objeto e limites do processo de prestação de contas

2. A análise das prestações de contas está limitada à verificação das informações declaradas espontaneamente pelo candidato, **bem como daquelas obtidas a partir de procedimentos de auditoria ordinariamente empregados pela Justiça Eleitoral, em especial análise documental, exame de registros e cruzamento e confirmação de dados, por meio de procedimento de circularização, cujo fim é a confirmação das receitas e despesas declaradas.**

3. Os processos de prestação de contas não se prestam à realização de investigações aprofundadas de fatos que possam caracterizar abuso de poder ou outros ilícitos eleitorais, para os quais há instrumentos próprios na legislação eleitoral, nos quais se pode desenvolver ampla dilação probatória, com observância do contraditório e da ampla defesa.



4. Realizadas diligências de circularização, as respostas apresentadas não indicam omissão de despesas por parte da campanha do candidato eleito Jair Messias Bolsonaro.

III – Impugnação

5. A impugnação à prestação de contas deve ser indeferida. Isso porque as questões nela veiculadas não se enquadram no objeto do processo de prestação de contas, que é o controle da adequada arrecadação e do regular emprego de recursos nas campanhas eleitorais.

IV - Impropriedades e irregularidades apontadas no parecer conclusivo da ASEPA

Devolução de receitas (R\$ 95.000,00)

6. A irregularidade apontada no parecer conclusivo deve ser afastada. A imposição da devolução de doações realizadas em desconformidade com a lei não afasta a prerrogativa do candidato de recusar doações recebidas, ainda que perfeitamente legais, conforme prevê o art. 539 do Código Civil.

Financiamento coletivo por empresa sem registro prévio no TSE (R\$ 3.544.611,79)

7. A subcontratação de serviços de financiamento coletivo por empresa não cadastrada nesta Corte não comprometeu a transparência das doações recebidas e tampouco obsteu seu controle social, qualificando-se como impropriedade que não conduz à sua desaprovação.

Descumprimento do prazo para entrega do relatório financeiro (R\$ 1.566.812,00)

8. O atraso no envio de relatório financeiro não teve o propósito nem o efeito de prejudicar a transparência ou o controle social das doações recebidas, de modo que caracteriza impropriedade que não conduz à desaprovação das contas.

Recebimento de doações de fonte vedada (R\$ 5.200,00) e de recursos de origem não identificada (R\$ 100,00 + R\$ 2.975,00)

9. O recebimento de doações de fontes vedadas ou de origem não identificada constitui irregularidade e impõe a sua devolução aos respectivos doadores ou, na impossibilidade, o seu recolhimento ao Tesouro Nacional, com atualização monetária e juros moratórios.

Transferência indevida de sobra de campanha a outro partido político (R\$ 10.000,00)

10. As sobras de campanha relativas a recursos recebidos na conta de campanha do candidato a Vice-Presidente da República oriundos do Fundo Partidário da agremiação por ele integrada devem ser a esta restituídas, na forma do art. 53, § 1º, da Res.-TSE nº 23.553/2017.

Ausência de comprovação de despesa junto à empresa Studio Eletrônico (R\$ 58.333,32)

11. A ausência de comprovação da execução de serviços configura irregularidade.



V – Conclusão

12. A campanha teve arrecadação total de R\$ 4.390.140,36 e despesa total de R\$2.456.215,03, de modo que foi respeitado o teto de gastos das eleições presidenciais.

13. O montante das irregularidades nas receitas foi de R\$ 8.275,00, correspondentes a 0,19% dos recursos recebidos pela campanha. De outra parte, as irregularidades encontradas nas despesas alcançaram o valor de R\$ 58.333,32, equivalentes a 1,33% do total arrecadado. Logo, as irregularidades, em seu conjunto, correspondem a 1,52% dos recursos obtidos pela chapa vencedora. Esse valor, de pequena expressão, não acarreta a desaprovação das contas, uma vez que não compromete a sua regularidade e transparência.

14. Irregularidades em percentual inexpressivo, sem qualquer evidência de má-fé por parte do candidato, não ensejam a desaprovação das contas, mas a sua aprovação com ressalvas, aplicando-se os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Precedentes.

15. Prestação de contas aprovada com ressalvas.

É certo que, como se asseverou no mencionado julgado, os

[...] processos de prestação de contas não se prestam à realização de investigações aprofundadas de fatos que possam caracterizar abuso de poder ou outros ilícitos eleitorais, para os quais há instrumentos próprios na legislação eleitoral, nos quais se pode desenvolver ampla dilação probatória, com observância do contraditório e da ampla defesa.

É igualmente correto que a análise das contas está apoiada na firme atuação da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA), que realiza:

[...] procedimentos de auditoria ordinariamente empregados pela Justiça Eleitoral, em especial análise documental, exame de registros e cruzamento e confirmação de dados, por meio de procedimento de circularização, cujo fim é a confirmação das receitas e despesas declaradas.

Desta forma, realizadas “**diligências de circularização, as respostas apresentadas não indicam omissão de despesas por parte da campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro**” – item 4 da ementa do acórdão. (Grifos no original.)

Todas as diligências realizadas pela ASEPA têm natureza investigativa (exame, cruzamento de informações, circularização, etc.) com o objetivo de subsidiar o julgamento de questão vital para a legitimidade das eleições.



Portanto, quando o eminente Ministro Luís Roberto Barroso concluiu pela aprovação com ressalvas, respaldado pelo Plenário do TSE, tal decisão é circunstância indicativa da regularidade bancária e fiscal da campanha dos candidatos investigados.

Dada à excepcionalidade das requisições solicitadas pela parte autora, conclui-se que inexistem fundamentos idôneos que apontem para a legalidade, a necessidade e a utilidade da quebra dos sigilos constitucionais, porquanto os fatos envolvendo as pessoas, as empresas e a campanha dos investigados estão devidamente esclarecidos nos autos.

Nesse sentido, extraio o seguinte excerto jurisprudencial:

PETIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ACESSO. SIMULTANEIDADE. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. CONTA BANCÁRIA. CAMPANHA ELEITORAL. INDEFERIMENTO.

[...]

Ademais, o sigilo bancário somente é passível de ser suprimido após a individualização de um provável ilícito, mediante o devido processo legal, **sob pena de busca generalizada e devassa indiscriminada, inadmissíveis em nosso ordenamento jurídico à luz dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República.**

(PET n. 73170/DF, relatora Ministra Luciana Lóssio, DJe de 27.11.2012, grifos nossos.)

De mais a mais, algumas considerações podem ser realizadas sobre a notícia veiculada em 18.6.2019, pela Folha de S. Paulo e replicada no *site* UOL, consistente na seguinte narrativa:

Nos áudios, o espanhol Luis Novoa da ‘Enviawhatsapps’, diz que **empresas, açougues, lavadoras de carros e fábricas de origem brasileira** compraram seu software para mandar mensagens em massa a favor de Bolsonaro.

A reportagem está à disposição na internet (portal UOL⁹), com acesso livre ao público. No seu texto exsurge que o próprio empresário espanhol **negou posteriormente os fatos narrados pelo jornal:**

Procurado pela Folha, o empresário espanhol negou que tenha trabalhado para políticos brasileiros.

“É mentira, não trabalhamos com empresas que tenham enviado campanhas políticas no Brasil”, afirmou.



“Tanto faz se gravaram sem permissão uma conversa informal. **Repito pela enésima vez: não trabalhamos com campanhas políticas no Brasil**”, disse à reportagem o empresário espanhol”. (Grifos nossos.)

Ainda que não houvesse a negativa, verifica-se que a notícia é genérica ao falar de “empresas, açougues, lavadoras de carros e fábricas”. Demais disso, não está amparada em nenhuma prova material, uma vez que, se ele de fato vendeu para **pessoas jurídicas brasileiras**, deveria a reportagem noticiar de forma clara quem comprou (nome da empresa), porquanto a operação de venda deve estar lastreada em contratos de alienação do *software*, com a devida remessa de pagamentos, via transferência internacional ou boleto de cartão de crédito, depósitos, etc.

Não obstante, a mesma reportagem do jornal Folha de S. Paulo/UOL também afirmou que **“não há indicações de que Bolsonaro ou sua equipe de campanha soubessem que estavam sendo contratados disparos de mensagens a favor do então candidato”** – grifos nossos.

Impende consignar, outrossim, que a Folha de S. Paulo pontuou que os investigados, ouvidos na mesma matéria, negaram a contratação de quaisquer empresas ou pessoas para disparos de mensagens:

Após a publicação de reportagem sobre compra de pacotes de mensagens de *WhatsApp* por empresários nas eleições do ano passado, integrantes da campanha de Bolsonaro negaram o uso dos disparos em massa ou qualquer tipo de automatização.

Desse modo, além do próprio cidadão espanhol negar a denúncia, inexistem indícios materiais que sustentem as dúvidas lançadas na reportagem de dezembro de 2018, estando esses acontecimentos devidamente esclarecidos pela reportagem do jornal Folha de S. Paulo/UOL de 18.6.2019.

Anteriormente, em 18.10.2018, na matéria intitulada “Empresários bancam campanha contra o PT pelo Whatsapp”, a Folha de S. Paulo/UOL¹⁰ relatou de forma bastante clara a atuação da AM4:

[...]

Na prestação de contas do candidato Jair Bolsonaro (PSL), consta apenas a empresa AM4 Brasil Inteligência Digital, como tendo recebido R\$ 115 mil para mídias digitais.

Segundo Marcos Aurélio Carvalho, um dos donos da empresa, a AM4 tem apenas 20 pessoas trabalhando na campanha. “Quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários espalhados em todo o Brasil. Os grupos são criados e nutridos organicamente”, diz.



Ele afirma que a AM4 mantém apenas grupos de Whatsapp para denúncias de fake news, listas de transmissão e grupos estaduais chamados comitês de conteúdo.

[...]

Não há indício de que a AM4 tenha fechado contratos para disparo em massa ; Carvalho nega que sua empresa faça segmentação de usuários ou ajuste de conteúdo. (Grifos nossos.)

Ou seja, se não há sequer indícios da contratação de disparos pela AM4, não têm sentido as diligências requeridas em relação à empresa oficial da campanha, bem como em relação às demais empresas citadas pela representante.

Incorreria a Justiça Eleitoral, sem dúvida, no constrangimento ilegal das prerrogativas constitucionais dos cidadãos e das empresas envolvidas na reportagem se concedesse as requisições.

Ainda, a título ilustrativo, examino a matéria intitulada “Engenheiro boliviano diz que seu software foi usado para disparos pró-Bolsonaro”, datada de 19.6.2019, do mesmo periódico¹¹.

Em vídeo postado no YouTube, o engenheiro boliviano Nicolás Hinojosa, 32, afirma que seu software de envio de mensagens em massa por WhatsApp **foi usado por apoiadores do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL)** no ano passado e que, por esse motivo, seu número foi bloqueado pelo aplicativo.

“Lamentavelmente, na semana passada, bloquearam meu número de WhatsApp por causa do que aconteceu no Brasil. **As pessoas que fizeram campanha para o candidato Bolsonaro usaram meu software, mas sem sequer comprarem as licenças, usaram a versão demo (teste)**”, diz Hinojosa no vídeo de 5 minutos e 25 segundos, postado em 31 de outubro de 2018. (Grifos nossos).

[...]

Em entrevista à Folha, Hinojosa afirmou que 360 usuários lançaram mão de seu software “para enviar campanhas para Bolsonaro”.

Como visto, o empresário boliviano sempre se refere a “apoiadores”, a “pessoas” e a “usuários”, não fazendo referência a empresas ou campanhas oficiais do candidato investigado. Assim, fica a situação devidamente esclarecida pela reportagem, não havendo relação entre **empresas e disparos em massa** pelo *WhatsApp*.

Finalmente, tenho por desnecessária a requisição de “elementos de informação decorrentes das investigações sobre disparos de mensagem em massa com pertinência eleitoral” a outros órgãos administrativos e/ou tribunais (item 39.3 da peça de ID 12543588), por força do princípio basilar da independência das instâncias cível, penal e eleitoral. Nesse sentido: AgR-AI n. 2684-48/SC, relatora



Ministra Luciana Lóssio, *DJe* de 14.4.2014; RO n. 293-40/MS, relator Ministro Henrique Neves, *PSESS* de 12. 9.2014; HC n. 318-28/MG, relatora Ministra Cármen Lúcia, *DJe* de 1º.10.2010; RHC n. 463-76/PE, relator Ministro Gilson Dipp, *DJe* de 15.6.2012, entre outros.

Friso, a esse respeito, que a AIJE não se presta a apurar *fake news*, tendo seu objeto muito claramente definido na Lei Complementar n. 64/1990. Os procedimentos instaurados para o combate de *fake news* no âmbito da Presidência e da Secretaria-Geral deste Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal tramitam pelas vias próprias, sem a repercussão pretendida pela representante.

Concluindo, o magistrado pode e deve indeferir provas inúteis ou meramente protelatórias, uma vez que apreciará de forma livre a prova dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento (Código de Processo Civil/2015, arts. 370 e 371).

No expressivo dizer do Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto (AgR-REspe n. 46-12, *DJe* de 7.8.2017):

[...] o magistrado é o destinatário da prova, cumprindo-lhe valorar sua necessidade. Em regra, tal procedimento não configura cerceamento de defesa, pois cumpre ao juiz, no exercício do seu poder-dever de condução do processo, a determinação das provas necessárias à instrução deste e o indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias.

No caso concreto, impõe-se reconhecer que os fatos já estão devidamente esclarecidos pelas provas amealhadas aos autos, podendo e devendo o magistrado proferir seu *decisum* isento de parcialidade, imune ao colorido político-partidário e, principalmente, alheio às paixões ideológicas.

5. Dispositivo.

Isso posto, indefiro os pedidos da coligação representante.

Defiro a juntada do depoimento de Rebeca Félix da Silva Ribeiro Alves, com base no art. 372 do CPC (prova emprestada), concedendo o prazo de 2 (dois) dias para a defesa carregá-la aos autos.

Esgotado o prazo, com ou sem juntada, concedo às partes o prazo comum de 2 (dois) dias para alegações, nos termos do art. 22, X, da Lei Complementar n. 64/1990.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral



1
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsaj>

2
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-c>

3
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/engenheiro-boliviano-diz-que-seu-software-foi-usado-para-d>

4 Direito Eleitoral. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018, p. 728/729.

5 Direito Eleitoral. 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018, p. 772.

6
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-c>

7
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/engenheiro-boliviano-diz-que-seu-software-foi-usado-para-d>

8
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsaj>

9
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-c>

10
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.sl>

11
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/engenheiro-boliviano-diz-que-seu-software-foi-usado-para-d>

